



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Câmara Municipal de Mangaratiba

Somente Consulta



PROJETO DE LEI Nº 334 /2017

“DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TRIBUTOS ÀS ENTIDADES RELIGIOSAS NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica dispensada a exigência de alvará para instalação e funcionamento de templos religiosos de qualquer natureza no âmbito do Município de Mangaratiba, nos termos da alínea b do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

Art. 2º - Fica instituído a isenção do pagamento do imposto sobre propriedade predial territorial urbano (IPTU) dos imóveis alugados ou próprios de qualquer instituição religiosa.

Parágrafo Único – A imunidade vai para a instituição que loca o imóvel. Para ter acesso a isenção, a entidade deverá apresentar o contrato de locação, reconhecido, para que tenha o direito ao benefício. Ao termino do contrato, o locatário será responsável pela apresentação do termo de entrega do imóvel para que seja dado baixa na isenção de IPTU. Desta forma, o contrato volta a forma original para o proprietário, ou seja, o locador.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2017.

Somente Consulta

Davi dos Santos Farias.

(Drº. Davi)

Vereador Autor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Câmara Municipal de Mangaratiba



JUSTIFICATIVA:

Esse projeto foi criado, como forma de reconhecimento pelo trabalho, principalmente, o social realizado nas entidades religiosas. Não estou falando de placas e sim do trabalho que promovem diariamente o bem-estar, em diversos aspectos, para pessoas que precisam de ajuda e reintegração a sociedade. Muita das vezes a população procura estes lugares com necessidades básicas como alimentos e roupas, ou até mesmo de um atendimento que vai ao encontro da necessidade emocional que o tirou, por algum tempo, do convívio social.

Observamos que a maioria dos municípios isenta as igrejas e templos religiosos da exigência de alvará de funcionamento em função da imunidade tributária concedida pela constituição federal, todavia outros insistem na descabida exigência, o que contraria as normas Constitucionais que estabelecem a imunidade tributária aos templos de qualquer culto.

E como os templos são entidades de utilidade pública elas se encaixam na lei orgânica no município no artigo 128 podendo ser isento de impostos e taxas na esfera Municipal.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2017.

Somente Consulta

Davi dos Santos Farias.

(Drº. Davi)

Vereador Autor.